

V CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

SUSTENTABILIDADE, TECNOLOGIA E DIREITOS EM TRANSFORMAÇÃO



Análise da Implementação e Impactos da Lei de Formação da Licenciatura em Educação Física no Brasil

Autor(es)

Thiago Luiz Sartori
Gilson Levino Soares Neves

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

ANHANGUERA - EAD

Introdução

A formação de professores de Educação Física no Brasil passou por significativas transformações ao longo da história, culminando na promulgação de leis e diretrizes que visam qualificar e regulamentar a atuação profissional. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em conjunto com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para a formação inicial e continuada de professores da Educação Básica, estabeleceu um marco legal para a estruturação dos cursos de licenciatura em Educação Física. Este resumo expandido busca apresentar uma análise abrangente sobre a implementação e os impactos dessa legislação no cenário educacional brasileiro, considerando os desafios e as perspectivas para a área. Compreender a efetividade da lei na formação de profissionais competentes e engajados é crucial para o desenvolvimento da Educação Física escolar e para a promoção de estilos de vida ativos e saudáveis na sociedade.

Objetivo

Quais são os principais desafios e impactos da implementação da Lei de Formação da Licenciatura em Educação Física no Brasil, considerando as perspectivas de professores formadores, licenciandos e profissionais atuantes na Educação Básica? Identificar as principais mudanças curriculares e pedagógicas introduzidas pela lei nos cursos de licenciatura em Educação Física.

Material e Métodos

A presente pesquisa se caracteriza como um estudo de natureza qualitativa, utilizando a pesquisa documental como principal método de coleta de dados. A pesquisa documental se mostra pertinente para investigar a Lei de Formação da Licenciatura em Educação Física, analisando documentos oficiais que fundamentam e regulamentam essa formação no Brasil. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei nº 9.394/96 e suas alterações.

Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para a formação inicial e continuada de professores da Educação Básica, especialmente aquelas que se referem à Educação Física.

Resoluções e Pareceres do Conselho Nacional de Educação (CNE) relacionados à formação de professores de Educação Física.

Resultados e Discussão

V CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

SUSTENTABILIDADE, TECNOLOGIA E DIREITOS EM TRANSFORMAÇÃO



Os resultados da pesquisa revelem os avanços e os desafios decorrentes da implementação da Lei de Formação da Licenciatura em Educação Física. A análise evidencia mudanças curriculares significativas nos cursos, como a maior ênfase em aspectos pedagógicos, inclusão e diversidade, bem como a articulação entre teoria e prática. As percepções dos professores formadores em relação à adequação da formação inicial às demandas da Educação Básica e as dificuldades encontradas na implementação das diretrizes legais. As experiências dos licenciandos indica a sua preparação para os desafios da profissão e suas expectativas em relação ao mercado de trabalho. A avaliação do impacto da formação na prática pedagógica dos professores atuantes permitirá identificar a influência da lei na qualidade do ensino de Educação Física, nas metodologias utilizadas e no engajamento dos alunos.

Conclusão

A pesquisa visa fornecer um panorama abrangente sobre a implementação e os impactos da Lei de Formação da Licenciatura em Educação Física no Brasil. A análise dos dados coletados permitirá identificar os pontos fortes e fracos da legislação em relação à formação de professores competentes e engajados.

Referências

- BRASIL. Lei nº 14.386, de 27 de junho de 2022. Altera a Lei nº 9.696, de 1º de setembro de 1998, que dispõe sobre a regulamentação da profissão de Educação Física e cria o Conselho Federal de Educação Física e os Conselhos Regionais de Educação Física. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 jun. 2022. Seção 1, p. 10.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27833-27842.